

LINGÜÍSTICA E ARQUEOLOGIA
(Linguistics and Archaeology)

Pedro Paulo Abreu FUNARI (*Universidade Estadual de Campinas*)

ABSTRACT: This retrospective paper will shed light on the relations between Linguistics and Archaeology by drawing special attention to the history of Archaeology and the influence of Linguistic models for the development of archaeological interpretive frameworks. Reference will be made to culture history theoreticians, like Gordon Childe, to processual archaeologists influenced by Structuralism and to post-processual discourse analysis. The paper will conclude stressing the importance of Linguistics to archaeological thought.

RESUMO: A retrospectiva lançará luz sobre as relações entre a Lingüística e a Arqueologia, chamando atenção para a História da Arqueologia e a influência dos modelos lingüísticos para o desenvolvimento dos esquemas interpretativos da Arqueologia. Será feita referência a teóricos histórico-culturais, como Gordon Childe, a arqueólogos processuais influenciados pelo Estruturalismo e à análise de discurso pós-processual. O artigo concluirá ressaltando a importância da Lingüística para o pensamento arqueológico.

KEY WORDS: Culture History; Historical Linguistics; Structuralism; Processual Archaeology; Post-Processual Archaeology; Discourse Analysis.

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural; Lingüística Histórica; Estruturalismo; Arqueologia Processual; Arqueologia Pós-Processual; Análise de Discurso.

0. Introdução

A Arqueologia é uma disciplina cuja multiplicidade de enfoques e especializações dificulta que se possam tecer generalizações a seu respeito. Uma primeira grande questão refere-se à sua posição em relação às outras ciências, pois alguns a consideram uma técnica, enquanto outros preferem considerá-la uma ciência. Alguns consideram-na uma disciplina auxiliar de uma ciência interpretativa maior, como a Antropologia ou a História, outros rejeitam essa dicotomia. Um grande número considera que ela estuda o

passado, embora outros admitam que pode tratar, também, do presente. Todos têm como ponto em comum, no entanto, o fato de a Arqueologia construir seu conhecimento, principalmente, a partir da cultura material (cf. Funari, 1988: 9-16).

Este preâmbulo fazia-se necessário para que se pudesse introduzir a discussão sobre a relação entre a Linguística e a Arqueologia de forma adequada. De fato, a Arqueologia engloba uma série de disciplinas, mais específicas, cujos pontos de contato podem não ser numerosos, como a Pré-História e a Arqueologia Histórica, a paleografia e a paleobiologia, a Arqueologia Clássica e a os estudos líticos, para mencionar apenas uma fração das especializações correntes. Neste contexto, meus objetivos neste ensaio não pretendem abarcar, diretamente, as relações entre a Linguística e a Arqueologia em todos os campos desta última e em todas as variedades teórico-metodológicas, mas, de maneira mais modesta, destacar as relações históricas e estruturais entre ambas. Na medida em que se estará buscando as origens dessas ligações, far-se-á uso do aporte da Filologia e, no que se refere ao século XX, a Linguística será tomada em sentido igualmente amplo.

1. A Linguística românica e o nascimento da Arqueologia

A língua, para os românicos, era uma preocupação central, e as línguas estariam ligadas a determinados locais, paisagens e clima, expressões individuais de povos específicos, a serem guardados ciosamente. Isto levou ao desenvolvimento da Filologia histórica com seus dois modelos principais, tronco e famílias linguísticas. Na Linguística histórica, os pressupostos de origens simples, seguidos de ramificações e divergências, identificáveis *a posteriori*, tornaram-se ubíquos na disciplina. Os modelos de tronco e família linguísticas não favoreciam a concepção de misturas ou convergências, reforçando o axioma inicial de que cada língua teria uma essência cujos contatos históricos não alterariam nunca. Neste contexto, no final do século XVIII, o interesse pela Índia, em geral, e pelo sânscrito, em particular, levou à constatação de que a afinidade, tanto de raízes verbais, como de formas gramaticais, entre o sânscrito e as línguas européias devia explicar-se por uma origem comum. Tais povos e línguas originais foram logo designados como indo-europeus, por franceses e ingleses, e *Indogermanisch* pelos cientistas de língua alemã. Uma raça, ariana, seria a portadora dessa língua e esse povo foi logo considerado superior por fatores linguísticos. Assim, foram

distinguidos dois tipos de língua: as línguas nobres, flexionadas, de origem espiritual, que permitiam o desenvolvimento da inteligência e o pensamento abstrato e universal, como as línguas indo-européias, e as línguas não-flexionadas, de tipo animalesco, como todas as outras.

É notável como os principais lingüistas, em particular na Alemanha, como Humboldt, estabeleceram as bases tanto das modernas ciências humanas como do novo sistema universitário (Reill, 1994: 365). Humboldt estabeleceu a superioridade cultural dos gregos, resultado de sua análise da perfeição lingüística do grego antigo, resultado, como o próprio alemão, da sua autenticidade e pureza, não contaminadas por elementos estrangeiros. Os lingüistas, ao relacionarem o grego ao sânscrito e ao criarem a noção de indo-europeus, elevaram, paralelamente, a *Philologie* ao estatuto de ciência exata (*Wissenschaft*), acima da necessidade de evidências históricas externas que validassem seus esquemas interpretativos, fundados na migração de povos portadores de línguas. A origem lingüística da vida social pode ser avaliada por uma passagem de Ernst Curtius, datada de meados do século passado:

“O povo que soube, de uma maneira tão peculiar, desenvolver o tesouro comum da língua indo-germânica foi o heleno. O primeiro feito histórico foi o desenvolvimento desta língua, feito já artístico. Entre suas irmãs, o grego deve ser considerado uma obra de arte, a tal ponto que, se dos helenos só nos restasse sua gramática, seria já um testemunho integral e válido dos dotes extraordinários e naturais deste povo. A língua toda parece o corpo de um atleta treinado, no qual cada músculo e cada tendão desenvolve-se, plenamente, sem materia inerte, tudo é poder e vida” (Curtius, citado em Bernal, 1991: 334-5).

Estabelecida a equação entre língua e raça, no contexto evolucionista do século passado, logo buscou-se no difusionismo a explicação para o desenvolvimento da civilização nos diferentes rincões (sobre a continuidade do uso do conceito de difusionismo, consulte-se Ruiz, 1996). Flinders Petrie, embora viesse de uma área técnica, com sua base na engenharia, pode ser considerado, a justo título, um dos fundadores da moderna Arqueologia, ainda que seja conhecido, em geral, como egiptólogo. Petrie dirigiu-se ao Egito, em 1880, para verificar se o que diziam sobre as pirâmides era verdade, tendo comprovado os diversos avanços técnicos dos egípcios e desenvolvido um método de classificação tipológica para ordenar os diferentes estilos da

cerâmica local. Essa tipologia, uma das bases fundamentais de toda a Arqueologia, fundava-se em uma analogia com a classificação lingüística, que se utilizava de termos como “troncos e famílias” lingüísticas, substituindo-se, apenas, a língua pela forma dos artefatos. Sir Flinders Petrie inventou a chamada “datação por seqüência” (*sequence dating*), no início deste século, ao classificar uma série de tumbas egípcias, de acordo com uma seqüência cronológica. Sua classificação partiu da cerâmica encontrada nas tumbas, que foram colocadas em uma ordem, de maneira que as diferenças eram vistas como o resultado de uma série lógica de mudanças. Por exemplo, as alças de um pote tornavam-se progressivamente menores, até serem reduzidas a uma simples linha pintada na lateral do vaso, na posição antes ocupada pela alça saliente. Classificando os potes de acordo com a progressiva diminuição do tamanho da alça obtém-se uma datação relativa da série de artefatos. A inspiração lingüística desta classificação é clara: assim como a Lingüística histórica pode reconstruir a seqüência *est* (latim), **es, é* (português), também o arqueólogo propôs classificar os artefatos (Deetz, 1967: 32). Os desdobramentos desta analogia lingüística seriam múltiplos e pode dizer-se que toda a Arqueologia do século XX fundou-se, como veremos adiante, nesta matriz.

A relação entre língua, raça e cultura material seria outro passo decisivo na constituição da Arqueologia. Esta equação surgiu, de maneira sintomática, na obra de um filólogo e pré-historiador alemão, Gustav Kossina (1911), cuja preocupação era determinar elementos da cultura material que correspondessem a um povo conhecido e definido por sua língua, os germanos (Jones, 1997). Partia-se do axioma que em todos os períodos, áreas culturais arqueológicas coincidem com povos ou tribos reconhecíveis, com a ocupação de um dado território e com uma língua, ou dialeto, próprios. Procurava-se distinguir, assim, os grande grupos lingüísticos, e portanto étnicos, dos germanos, eslavos e celtas, na Pré-História, bem como culturas individuais, que corresponderiam a dialetos lingüísticos, como é o caso dos vândalos ou dos lombardos (Trigger, 1989: 165). Teríamos o seguinte esquema lógico:

Línguas	Germânicas	Célticas	Eslavas
Povos	Germânicos	Celtas	Eslavos
Territórios	Germânicos	Celtas	Eslavos
Cultura material	Germânica	Celta	Eslava

Na Pré-História, caberia ao arqueólogo fazer o caminho inverso à lógica formal, que parte da existência da língua, identificando um conjunto de artefatos, que se distribuem por um território e que corresponde, necessariamente, a um povo e a uma língua, ainda que não tenhamos acesso direto a esta última. O grande divulgador desta teoria, que viria a ser conhecida como “histórico-cultural”, foi Gordon Childe, cuja advertência de que “a cultura, entretanto, se não representa necessariamente um grupo lingüístico, representa geralmente um grupo local que ocupa uma área geográfica contínua” (Childe, 1960: 17-18), não deixa dúvida quanto ao paradigma lingüístico de sua concepção de cultura:

“Sendo a linguagem um veículo tão importante na formação e transmissão da tradição social, o grupo assinalado pela posse de uma ‘cultura’ distinta provavelmente falará também uma linguagem distinta...cada língua é produto de uma tradição social e age sobre outras formas tradicionais de comportamento e pensamento. Menos familiar é o processo pelo qual as divergências de tradição atingem até a cultura material.... ‘next Friday’, na Inglaterra, transforma-se em ‘Friday first’ na Escócia...Na Irlanda e no País de Gales os trabalhadores rurais usam pás de cabos longos, ao passo que na Inglaterra e na Escócia os cabos são muito mais curtos. O trabalho realizado é, em cada caso, o mesmo, embora o manuseio do instrumento seja, evidentemente, diverso. As divergências são puramente convencionais...As divergências lingüísticas devem ser tão velhas quanto as divergências culturais identificáveis no registro arqueológico” (Childe, 1960: 15-17).

A influência da Lingüística de Saussure (1955) aparece na adaptação à cultura material de conceitos desenvolvidos para a língua. Assim, a regularidade absoluta das modificações fonéticas transforma-se em mudanças regulares na forma dos artefatos, a Lingüística geográfica, que procura explicar a dispersão das línguas e sua possível concomitância em um mesmo lugar fornece à Arqueologia um modelo de causalidade das extensões geográficas das chamadas “culturas” arqueológicas. No entanto, a leitura arqueológica de Saussure poderia ser definida como seletiva, instrumental, como se o modelo estrutural da Lingüística fosse antes um fato do que uma interpretação. Desta forma, as considerações prudentes de Saussure sobre a questão da relação entre língua, raça e mentalidade foram deixadas de lado, o que acarretaria uma separação muito nítida entre a Lingüística e a Arqueologia. Assim, Saussure alertava que língua e raça não coincidem e

que a cultura, o modo de pensar, chamado de “mentalidade”, não deriva da língua utilizada e, de forma explícita, negava a existência de uma mentalidade semita e outra indoeuropéia (Saussure, 1955: 311). Em outros termos, o caráter radicalmente arbitrário da língua, ressaltado por Saussure, foi negligenciado, a favor de uma leitura culturalista e racial.

Childe derivava, pois, o conceito de cultura, usado na Arqueologia, daquele formulado pela Lingüística e sua leitura dos axiomas correntes na Lingüística histórica (Harris, 1994), prevalecente até o pós-guerra, fazia com que também propusesse a existência de línguas e, portanto, povos e culturas, superiores, sempre a partir do critério lingüístico, como transparece, de forma mais notável, no seu livro sobre “Os arianos”, publicado em 1926: “as línguas indo-européias e sua pressuposta língua de origem foram, sempre, excepcionalmente, instrumentos delicados e flexíveis do pensamento...pelo que se pode supor que os arianos foram dotados de dotes mentais excepcionais, senão do usufruto de uma alta cultura material” (Childe, 1926: 4).

O período posterior à Segunda Guerra Mundial viria a desvalorizar os aspectos mais claramente racistas destas teorias, como reação explícita à manipulação nazista desta identificação entre raça, língua e um *ethos* imutável. No entanto, não caiu totalmente em desuso algo que havia sido popularizado pela Arqueologia no meio século anterior: a confecção de mapas das migrações de povos, falantes de certas línguas e portadores de uma cultura material específica. Assim, um mapa de supostas expansões territoriais de povos de língua germânica, feito por um arqueólogo nazista, Hans Reinert, continuou a ser contraposto a mapas de outras expansões, como a migração de povos de fala eslava, feito por um polonês, Konrad Jazdzewski, sendo, talvez, o exemplo mais recente e elaborado aquele proposto por Colin Renfrew (1987^a); uma crítica consistente encontra-se em Kohl, 1992, 169-173). Em outros termos, a busca dos indo-europeus, por parte da Arqueologia (cf. Dolukhanov, 1995; Häusler, 1995; crítica em Funari, 1996), e a aceitação de uma relação direta entre língua, povo e evidência material continua sendo atual (cf. crítica em Jones e Graves-Brown, 1995: 7) e suas ligações com a lingüística histórica são diretas. Na América do Sul (Brochado, 1984), a Pré-História também tem buscado identificar línguas, povos e artefatos, sempre a partir dos esquemas de filiação lingüística, como no caso das línguas tupis, procurando identificar migrações de povos, com suas línguas e artefatos, estes últimos os únicos preservados arqueologicamente. A dispersão

lingüística continua a servir de modelo para a difusão de formas de objetos, como no caso dos vasos da tradição Pedra do Caboclo (cf. discussão de um caso recente, em Neves, 1998). Pode concluir-se que grande parte da Arqueologia contemporânea continua a usar os modelos da lingüística de pré-guerra, sendo, provavelmente, o exemplo mais elaborado o livro de Colin Renfrew sobre “Arqueologia e Língua” (Renfrew, 1987b; cf. crítica em Huld, 1993).

2. Lingüística estrutural, Análise de discurso e Arqueologia

O período do pós-guerra testemunhou o surgimento de outras influências de desenvolvimentos da Lingüística nas demais ciências, que se somaram às anteriores, em particular na Arqueologia. A Lingüística estrutural viria a ter um impacto muito forte na Arqueologia, em particular a partir da década de 1960. Contudo, isto não significa que se tenha abandonado a analogia com a Lingüística histórica; pelo contrário, esta continuou a servir de modelo, em especial no que se refere à classificação e seriação tipológica dos artefatos. Aceitando-se a noção de que a língua passa por um nascimento, crescimento, apogeu, declínio e substituição por outra, aplicou-se o mesmo aos artefatos:

LATIM ARCAICO	ESTILO INICIAL
LATIM PRÉ-CLÁSSICO	ESTILO EM CRESCIMENTO
LATIM CLÁSSICO	ÁPICE
LATIM PÓS-CLÁSSICO	DECLÍNIO DO ESTILO
LÍNGUA ROMÂNICA	NOVO ESTILO

Este método, chamado de seriação, parte do pressuposto de que os artefatos passam por um ciclo analógico àquele de uma língua e caberia, assim, ao arqueólogo que encontra um artefato, colocá-lo na correta posição, relacionando uma suposta regra universal que afetaria línguas, artefatos e povos. Embora o esquema de nascimento, crescimento, apogeu, declínio e fim seja, de maneira direta, emprestado à vida, não à língua, sua adoção como método com estatuto de discurso científico derivou da segurança científica da análise lingüística histórica. No entanto, a seriação em Arqueologia levou a uma prática tautológica, pois a colocação dos elementos em uma ordem deriva deste ciclo *a priori*, não de datações externas independentes que mostrassem ao arqueólogo que o esquema proposto estava sempre correto. No entanto, a generalização do uso da seriação, ainda que

esta se baseie em axiomas não verificáveis, explica-se, em grande parte, pelo caráter científico da análise lingüística que estava na base do método arqueológico.

Depois disso, na década de 1960, com o desenvolvimento da chamada Arqueologia Processual, a Lingüística estruturalista exerceu uma influência determinante na formulação de uma metodologia arqueológica estritamente “lingüística”. Segundo essa perspectiva, os artefatos, como as palavras, seriam os produtos da atividade motora humana, por meio da ação dos músculos e sob uma orientação mental. A forma resultante de qualquer artefato consistiria de uma combinação de unidades estruturais — os atributos — que, com determinada combinação, produz um objeto com função específica na cultura que o produziu. Se mudarmos qualquer atributo, sua significação funcional mudará, se a mudança for suficiente para alterar sua significação. Em outras palavras, haveria unidades estruturais nos artefatos, correspondentes aos fonemas e morfemas na linguagem, o que demonstraria, muito mais do que uma simples analogia, uma identidade de estrutura essencial entre a língua e os objetos. Um exemplo, apresentado por James Deetz (1967: 83-101), permite avaliar o grau de adequação do modelo lingüístico para a análise arqueológica. Ao classificarmos pontas de flecha provenientes de um determinado sítio, encontramos três tipos. Um tipo tem base e laterais retas, com uma chanfradura perto da base; outro é semelhante, mas tem base denteada; o terceiro tem lados e base retos e não tem chanfradura. Esta classificação funda-se em três atributos — chanfradura na lateral, na base e na forma dos lados.

Se aceitarmos que as chafraduras nas laterais ou na base têm algum sentido funcional, pontas de flecha idênticas, exceto pela presença ou ausência de chanfraduras nas laterais, formariam um par mínimo, distinguíveis com base em um único elemento estrutural, assim como as palavras *mata* e *bata* formam um par lingüístico mínimo. Igualmente, as pontas de flecha que são idênticas, exceto pela presença ou ausência de chanfraduras na base, formariam, também, um par mínimo, se servissem a diferentes propósitos. Esta chanfradura é, normalmente, um fator na colocação de um cabo, a maneira como a ponta da flecha era ligada à flecha, pelo que é razoável supor a existência de uma diferença funcional. Chanfradura das laterais poderia ser, portanto, considerada como equivalente a um fonema, tendo Deetz proposto o uso do neologismo *factema* para se referir a isso. A definição de

factema seria, então, a classe mínima de atributos que afeta a significação funcional do artefato. As chanfraduras poderiam variar consideravelmente de forma, contanto que a significação funcional da ponta de flecha não fosse alterada por essa variação, sendo estas variantes do factema consideradas como alofatos. A origem deste raciocínio na Lingüística estrutural é clara, pois a variação alofônica deriva, em parte, das imperfeições ou variações no aparelho produtor da fala e algumas variações nos factemas são o resultado de expressões imperfeitas do mundo mental para aquele material.

Os morfemas da Língüística foram renomeados, chamados de *formemas* da cultura material, a classe mínima de objetos que tem significação funcional. Neste contexto, as pontas de flecha formam morfemas, que combinam com outros morfemas para produzir outros artefatos. Continuando no exemplo da flecha, poderíamos dizer que se constitui de cinco formemas: haste, cabeça, penas, cimento de encaixe e pintura ou desenho na haste. Cada um desses formemas pode aparecer em outros contextos, mas juntos formam algo específico. O estruturalismo lingüístico, levado, talvez, a suas últimas conseqüências por Deetz, seria adotado, de forma mais genérica e menos literal pela Arqueologia daquele período, em geral (cf. Carandini, 1979). Em alguns casos, como no estudo de petroglifos, alguns arqueólogos utilizaram o modelo da evolução lingüística para interpretar a transformação estilística, como no exemplo de uma evolução a partir de uma linha reta coroada com um ponto, ou a partir de um ângulo ou de um círculo (Porras, 1992). De uma forma ou de outra, assim, este modelo, inspirado no estruturalismo lingüístico, continua a ser um dos mais fortes referenciais para a interpretação arqueológica.

Já na década de 1970 podia afirmar-se que “a preocupação central das ciências do homem é a linguagem” (Vogt, 1989: 62). A Lingüística, no entanto, passou a incorporar outras abordagens, em particular introduzindo uma noção sócio-histórica de discurso, de maneira que se entende que as condições sociais determinam mesmo as propriedades do discurso (Fairclough, 1990: 17; 155). A introdução das classes sociais e dos contextos históricos específicos (Kress e Hodge, 1979) e a valorização do exosemiótico, para usar um termo de Lagopoulos (1986: 234), representou uma nova onda de influência lingüística, a partir de autores como Rossi-Landi (1975; 1986). Para a Arqueologia Pós-Processual, iniciada na década de 1980, a cultura material poderia ser considerada como um sistema de sinais em código que

constitui sua própria língua material, ligada à produção e ao consumo. Esta linguagem, entretanto, não reflete, de forma direta, as estruturas significativas de uma língua em outra forma, como se, a cada passo, a analogia entre sistema de linguagem verbal e material devessem corresponder rigorosamente. Como a língua, a cultura material é uma prática, práxis simbólica com produto de significado determinado e específico, que precisa ser situado e compreendido em relação à estrutura global do social (Shanks e Tilley, 1987: 101).

Se, para Saussure, a relação entre significante e significado era inteiramente arbitrária então, e seguindo os passos de Derrida (1976; 1978), Barthes (1977) e Foucault (1981), as oposições e diferenças poderiam ser estendidas indefinidamente. Na medida em que o significado é dado pela diferença, mais do que pela identidade, a linguagem não pode ser um sistema fechado. Os sentidos dos sinais são sempre ambíguos, pois se um sinal é constituído pelo que não é, pela diferença, com relação aos outros, não pode haver uma relação fixa entre um significante e um significado, já que o significado é, imediatamente, o significante de um outro significado. O sentido, portanto, é o resultado de um jogo sem fim de significantes. Na esteira destas preocupações, pode considerar-se a cultura material como um discurso material estruturado e silencioso, ligado às práticas sociais e às estratégias de poder, interesse e ideologia. Se a própria Lingüística é uma empreitada que não dispensa a pluralidade de pontos-de-vista (Barthes, 1968: 84), uma ideologia (Rajagopalan, 1996), a mesma subjetividade passou a ser elemento central da Lingüística apropriada pelas outras ciências humanas (Iggers, 1995: 560). Os fundamentos semióticos das ciências (Grzybek, 1994) implicavam em considerar a própria textualidade do discurso acadêmico.

Na Arqueologia, há dois discursos a serem analisados: aquele da cultura material e sua representação, em forma de texto, sobre a cultura material. A discursividade da cultura material, objeto de atenção básica da Arqueologia, tem merecido particular consideração. A cultura material pode ser concebida como constituída por uma série de signos metacríticos, signos cujo sentido mantém-se radicalmente disperso por uma cadeia aberta de significantes-significados. O sentido do registro arqueológico, nesta perspectiva, não se reduz aos seus elementos constitutivos mas o que se busca são as estruturas, e os princípios que compõem essas estruturas, subjacentes à tangibilidade visível da cultura material. A análise visa, assim, descobrir o que está oculto nas presenças observáveis, levar em conta as ausências, as co-presenças e

co-ausências, as semelhanças e diferenças que constituem o padrão da cultura material em um contexto espacial e temporal específico. Os princípios que regem a forma, natureza e conteúdo deste padrão encontram-se tanto em termos de micro-relações (como um conjunto de desenhos em um vaso cerâmico) quanto de macro-relações (como o conjunto de relações entre assentamentos e enterramentos), estando sempre inextricavelmente ligados.

Segundo estas abordagens, a cultura material não significa tanto uma relação entre as pessoas e a natureza, como relações entre grupos, relações de poder, portanto. A forma das relações sociais fornece uma rede na qual a força sgnica da cultura material permite definir, redefinir, organizar e transformar essa mesma rede (*grid*). As próprias relações sociais articulam-se em um campo de significado parcialmente estruturado pelo pensamento e pela linguagem, sendo capaz de reforçar os sentidos reificados e inscritos na cultura material. A cultura material como constituída por cadeias de significantes-significados não deve ser tratada de forma simplista, como se representasse algo em particular, como, por exemplo, se o uso do vermelho estivesse sempre a indicar o sangue ou se vasos de certa forma fossem considerados de uso feminino, e outros de uso masculino. A força sgnica da cultura material depende da estrutura das suas inter-relações e o sentido de qualquer artefato específico está sempre interseccionado pelo sentido de outros artefatos. Os artefatos, assim, formam elos em uma cadeia de objetos, em um campo aberto de signos. De acordo com estas leituras da Linguística aplicadas à Arqueologia, seria falso considerar que a cultura material expressa exatamente o que se exprime na língua, com uma simples mudança de forma (da voz para a matéria). A importância da cultura material como força sgnica consiste na sua diferença em relação à linguagem, ainda que esteja envolvida na comunicação de sentidos. Os sentidos podem ser comunicados por meio de ações, falas e artefatos, mas o meio altera a natureza e a efetividade da mensagem (Shanks e Tilley, 1987: 102-117).

A cultura material revela sua estrutura e princípios subjacentes por meio da repetição. Como um discurso comunicativo, ela solidifica, codifica e reifica as relações sociais nas quais ela viceja e das quais deriva, a um só tempo. A ação social é o produto do discurso e deste surgem tanto a ação como a cultura material, que menos significam as relações sociais do que as estabelecem e fixam. Pode afirmar-se, em consequência, que os artefatos constituem um código de signos que se trocam. A produção, utilização e

consumo de cultura material, por parte do indivíduo, pode ser considerada como um ato de bricolagem. A partir desta perspectiva, uma série de estudos têm sido feitos, marcando, provavelmente, uma inflexão o livro de Ian Hodder (1982), significativamente intitulado “Símbolos em ação”. Pode comparar-se a abordagem proposta, a partir dos anos 1980, com aquelas que estudamos nas páginas precedentes deste ensaio, a partir do exemplo da análise da cerâmica Dangwara, da Índia (Miller, 1985). Miller representa o quadro simbólico formal que sumariza a variabilidade da cerâmica na sociedade dangwara, estabelecida ao relacionar as formas dos potes, as cores e os usos às categorias culturais e aos códigos, como comidas, gênero e casta. As diferentes classificações das categorias cerâmicas, de acordo com a cor, rótulo semântico e função, foram relacionando o código cerâmico a outros códigos ou sistemas de classificação.

Esta Arqueologia “intérprete” parte do pressuposto que o mundo social é polissêmico (Shanks e Hodder, 1995: 8) e que, como qualquer outra disciplina, a Arqueologia constrói seu objeto por meio de um discurso e possui, portanto, um caráter narrativo (Munslow, 1997: 5). Caracterizado o arqueólogo como um *storyteller* (Shanks e McGuire, 1996: 82), um segundo nível discursivo passou a ser objeto de atenção: o próprio discurso da Arqueologia. Um clássico desta nova inflexão pode ser considerado o estudo de Christopher Tilley (1989) sobre “Discurso de poder: o gênero da conferência inaugural de Cambridge”. Desde que a cátedra de Arqueologia foi fundada por John Disney, em 1851, em Cambridge, sucederam-se dez catedráticos, sendo que os últimos quatro discursos de posse da cátedra, por Dorothy Garrod (1938), Grahame Clarrk (1952), Glyn Daniel (1974) e Colin Renfrew (1981), foram analisados como um gênero literário dotado de uma retórica própria. A aula inaugural, encarada como um rito de passagem, possui alguns princípios típicos desse gênero literário: referência aos catedráticos anteriores, citações das conferências inaugurais anteriores, a importância de Cambridge, seu internacionalismo, um estilo erudito, com referências abundantes e em línguas estrangeiras. Uma linha de investigação importante da Arqueologia da última década, portanto, passou a ser o estudo do discurso dos próprios arqueólogos, não apenas, nem principalmente, em escritos programáticos, como as conferências inaugurais, mas em sua produção quotidiana sobre os mais variados temas. Assim, a identificação de grupos étnicos, no registro arqueológico, passou a ser investigada, justamente, como uma construção textual que constitui tradições discursivas arqueológicas sobre

o tema (Jones, 1997). Não se trata mais de tentar “descobrir” os vestígios dos “germanos”, mas de entender como se constrói um discurso sobre grupos étnicos a partir da cultura material.

Os exemplos poderiam ser multiplicados e não se imagine que essas preocupações discursivas restrinjam-se a um grupo reduzido de estudiosos, pois a própria produção de divulgação da Arqueologia para o grande público, a seu modo, incorporou essas novas abordagens. Assim, o manual de Rahtz (1986: 109-110), um *best seller* já traduzido para o português, incorpora, de forma jocosa, esse caráter inevitavelmente discursivo do escrito arqueológico, por mais objetivo, empírico e factual que se pretenda. Apresenta um engraçado guia para a leitura e decifração dos áridos relatos de escavação que merece ser citado: quando se lê “é razoável sugerir que...”, leia-se “não é razoável, mas seria ótimo se fosse assim...”; ou então, “não pode haver dúvida que...” deve ser entendido como “qualquer um que não concorde se sentirá um tolo...”. Em outros termos, as certezas empíricas das décadas passadas foram substituídas por um saudável alerta de que também o arqueólogo, está a produzir um texto a ser analisado enquanto tal.

Pode concluir-se que a Arqueologia, umbelicalmente ligada à Lingüística, continua a receber seus influxos e, em certo sentido, a construir-se como ciência, tendo a Lingüística como referencial maior. A História da própria disciplina vincula-se à Lingüística e, nos últimos anos, tem-se, com mais e mais freqüência, voltado para uma introspecção que inclui a análise metalingüística do próprio discurso arqueológico (Tilley, 1989: 62). A Arqueologia, como disciplina crítica e criativa, continuará a dialogar, de forma muito intensa, com a Lingüística, em suas mais variadas manifestações.

* AGRADECIMENTOS

Agradeço a Rajagopalan Kanavilil o convite para que escrevesse este ensaio e aos seguintes colegas, que me ajudaram de diferentes maneiras: Martín Bernal, Siân Jones, Philip L. Kohl, Alexandros-Phaidon Lagopoulos, Randall McGuire, Eduardo Goes Neves, Michael Shanks, Bruce G. Trigger. Os comentários de dois *referees* anônimos ao manuscrito permitiram-me diminuir suas deficiências, mas aquelas que permanecem são de minha responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, R. (1968). *Elementi di Semiologia. Linguistica e scienza delle significazioni*. Turim: Bonomi.

- _____ (1997). *Image, music, text*. Nova Iorque: Hill and Wang.
- BERNAL, M. (1991). *Black Athena, The Afroasianic Roots of Classical Civilization*, volume I, *The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985*. Londres: Vintage Press.
- BROCHADO, J. P. (1984). *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Urbana, PhD Thesis.
- CARANDINI, A. (1979). *Linguaggio dei manufatti: dagli strumenti alle arti*. In: Andrea Carandini, *Archeologia e cultura materiale, dai 'lavori senza gloria' nell'antichità a una politica dei beni culturali*. Bari: De Donato. 101-112.
- CHILDE, V. G. (1926). *The Aryans*. Londres: Kegan Paul.
- _____ (1960). *O Que Aconteceu na História*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar (original de 1942).
- DEETZ, J. (1967). *Invitation to Archaeology*. Nova Iorque: The Natural History Press.
- DERRIDA, J. (1976). *Of Grammatology*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- _____ (1978). *Structure, sign, and play in the discourse of the human sciences*. In: J. Derrida, *Writing and difference*. London: Routledge and Kegan Paul.
- DOLUKHANOV, P. M. (1995). *Archaeology and Linguistics: theories old and new*. In: Martin Kuna and Natalie Venclová (orgs), *Whither Archaeology?* Praga: Institute of Archaeology. 204-210.
- FAIRCLOUGH, N. (1990). *Language and power*. London: Longman.
- FOULCAULT, M. (1981). *The order of discourse*. In: R. Young (org.), *Untying the text*. Londres: Routledge and Kegan Paul. 123-154.
- FUNARI, P. P. A. (1988). *Arqueologia*. São Paulo: Ática.
- _____ (1996). *Pluralism and divisions in European archaeology*. *Journal of European Archaeology* 4: 384-385.
- GRZYBEK, P. (1994). *Semiotics of history - historical cultural semiotics*. *Semiotica* 98 (3/4): 341-356.
- HARRIS, D. R. (1994). *The Archaeology of V. Gordon Childe*. Londres: University College Press.
- HÄUSLER, A. (1995). *Über Archäologie und Ursprung der Indogermanien*. In: Martin Kuna and Natalie Venclová (orgs.), *Whither Archaeology?* Praga: Institute of Archaeology. 211-229.
- HODDER, I. (1982). *Symbols in action*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HULD, M. E. (1993). Early Indo-European weapons terminology. *Word* 44 (2): 223-234.
- IGGERS, G. G. (1995). Zur 'linguistischen Wende' im Geschichtsdenken und in der Geschichtsschreibung. *Geschichte und Gesellschaft* 21: 557-570.
- JONES, S. e GRAVES-BROWN, P. (1995). Introduction, Archaeology and cultural identity in Europe. In: Paul Graves-Brown, Siân Jones and Clive Gamble (orgs.), *Cultura Identity and Archaeology*. Londres: Routledge. 1-24.
- JONES, S. (1997). *The Archaeology of Ethnicity, constructing identities in the past and present*. Londres: Routledge.
- KOHL, P. L. (1992). Ethnic strife: a necessary amendment to a consideration of class struggle in Antiquity. In: Christine Ward Gailey (org.), *Civilization in Crisis, Anthropological Perspectives*. Gainesville: University of Florida Press. 167-179.
- KOSSINA, G. (1911). *Die Herkunft der Germanen*. Leipzig: Kabitzsch.
- KRESS, G. e HODGE, R. (1979). *Language as ideology*. London: Routledge and Kegan Paul.
- LAGOPOULOS, A.-P. (1986). Semiotics and history: a Marxist approach. *Semiotica* 59 (3/4): 215-244.
- MILLER, D. (1985). *Artefacts as categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MUNSLow, A. (1997). *Deconstructing history*. Londres: Routledge.
- NEVES, E. G. (1998). De onde surgem os modelos? As origens e expansões tupi na Amazônia central. *Revista de Antropologia* (no prelo).
- PORRAS, P. I. (1992). Petroglifos. Altos del Misaguallí, Alto Napo, Ecuador. In: MEGGERS, Betty J. (org.), *Prehistoria sudamericana, nuevas perspectivas*. Washington: Taraxacum. 359-368.
- RAJAGOPALAN, K. (1996). Linguistics, ideology and the ethical question. Unpublished typescript.
- RAHTZ, P. (1986). *Invitation to Archaeology*. Oxford: Basil Blackwell.
- REILL, P. H. (1994). Science and the constructions of the cultural sciences in the Late Enlightenment Germany: the vase of W. von Humboldt. *History and Theory* 33 (3): 345-366.
- RENFREW, C. (1987a). "Archaeology and Language. The Puzzle of Indo-European Origins". *Current Anthropology* 29: 437-441.
- _____ (1987b). *Archaeology and Language. The puzzle of Indo-European origins*. London: Penguin books.
- ROSSI-LANDI, F. (1975). *Linguistics and economics*. The Hague: Mouton.

- RUIZ, A. (1996). A diverse Europe: an archaeological perspective. *Journal of European Archaeology* 4: 1-18.
- SAUSSURE, F. de. (1955). *Cours de Linguistique Générale*. Paris, Payot (original de 1915).
- SHANKS, M. e IAN, H. (1995). Processual, postprocessual and interpretive archaeologis. In: Ian HODDER *et alii* (orgs), *Interpreting Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press. 3-29.
- SHANKS, M. e MCGUIRE, R. (1996). The craft of archaeology. *American Antiquity* 61 (1): 75-88.
- SHANKS, M. e TILLEY, C. (1987). *Social Theory and Archaeology*. Oxford: Polity Press.
- TILLEY, C. (1989). Discourse and power: the genre of the Cambridge inaugural lecture. In: Daniel MILLER, Michael ROWLANDS e Christopher TILLEY (orgs.). *Domination and Resistance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRIGGER, B. G. (1989). *A History of the Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VOGT, C. (1989). *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec.
(Recebido em dezembro de 1997; Aceito em abril de 1998)